

O custo da estabilidade

O compromisso assumido pelo novo presidente do Banco Central, Gustavo Franco, de preservar a política econômica das pressões político-eleitorais dos aliados governistas, só terá meios de ser sustentado se contar com a vigilância da sociedade. A estabilidade do real é o grande trunfo e, simultaneamente, o grande risco do governo.

A sedução eleitoral já comprometeu, em passado recente, programas de estabilização alicerçados. Basta lembrar o fiasco do Plano Cruzado. O governo Sarney beneficiou-se da popularidade do Plano, elegeu vasta bancada no Congresso e todos os governadores. Mas comprometeu-o, definitivamente, ao ceder às pressões dos aliados, que pressupunham concessões nas medidas de ajuste.

Louve-se a disposição do novo presidente do Banco Central, mas ressalve-se a necessidade de distinguir pressões eleitorais — nefastas ao interesse público — de pressões legítimas dos agentes econômicos, parceiros do processo de estabilização. A intransigência exibida pelo novo presidente do Banco Central quanto à política monetária preocupa setores influentes da área produtiva.

Há nesses setores forte demanda por ações que desoneram a produção — o chamado Custo Brasil —, e que dependem de ampla e profunda reforma tributária. Sem desenvolvimento, não há como atender a agenda social do país, que clama por iniciativas emergenciais e estruturais. A estabilidade da moeda é fundamental, mas

não pode ser sustentada ao preço da renúncia ao crescimento.

Esse conflito de concepções — desenvolvimentistas versus monetaristas — não está resolvido dentro do próprio governo. A ascensão de Franco evidenciou a opção do presidente Fernando Henrique pelo discurso monetarista, mas não neutralizou a outra corrente. Franco, em seu discurso de posse, procurou tranquilizar a ala desenvolvimentista, que encontra na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) seu principal porta-voz.

Diz ele: "Não há contradição entre estabilidade e desenvolvimento. Não há verdadeiro desenvolvimento sem estabilidade". Do ponto de vista conceitual, não há o que opor. Na prática, porém, não é fácil compatibilizá-los. O governo Fernando Henrique, por exemplo, ainda não logrou êxito nessa tarefa.

É evidente que não se pode financiar o desenvolvimento fabricando dinheiro para deprimir juros. A saída para o impasse está na continuidade do processo de reformas que reduzam o tamanho do Estado, tornando-o menos oneroso, mais eficaz e transparente. Também aí o enunciado do discurso de Franco é correto: "Um Estado devedor, que gasta mais do que arrecada, para poder se financiar, empurra as taxas de juros para cima como forma de afastar do mercado de crédito outros possíveis tomadores de dinheiro".

Esse diagnóstico conduz inexoravelmente às reformas, o único meio de o Estado brasileiro ajustar suas contas e permitir a retomada do desenvolvimento, com consistência e segurança.